

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GEODIREITO E A GEOGRAFIA DE ESTADO NO BRASIL

Luiz Antonio Mano Ugeda Sanches
Tese de Doutorado

Brasília-DF

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM PRODUÇÃO DO ESPAÇO E
TERRITÓRIO NACIONAL

GEODIREITO E A GEOGRAFIA DE ESTADO NO BRASIL

Discente:

Luiz Antonio Mano Ugeda Sanches

Orientador:

Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Tese de Doutorado

Brasília-DF: 18 de dezembro de 2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

GEODIREITO E A GEOGRAFIA DE ESTADO NO BRASIL

Luiz Antonio Mano Ugeda Sanches

Tese de Doutorado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Geografia, área de concentração Produção do Espaço e Território Nacional.

Aprovado por:

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, Doutor (Universidade de Brasília)
Orientador

Marília Luiza Peluso, Doutora (Universidade de Brasília)
Examinadora Interna

José Geraldo de Sousa Júnior, Doutor (Universidade de Brasília)
Examinador Interno

Ricardo Mendes Antas Júnior, Doutor (Universidade de São Paulo)
Examinador Externo

Alcindo José de Sá, Doutor (Universidade Federal de Pernambuco)
Examinador Externo

Brasília-DF, 18 de dezembro de 2014.

UGEDA SANCHES, LUIZ ANTONIO MANO

Geodireito e a Geografia de Estado no Brasil, 424 p., (UnB-PPGGEA, Doutor, Produção do Espaço e Território Nacional, 2014).

Tese de Doutorado - Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

- | | |
|---------------------------------------|--------------------------------------|
| 1. Geodireito | 2. Geografia de Estado |
| 3. Teoria Tridimensional da Geografia | 4. Direito Administrativo Geográfico |
| 5. Tríade fato-valor-técnica | 6. Infraestrutura geográfica |

I. UnB-PPGGEA

II. Ciga/UnB

O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Luiz Antonio Mano Ugeda Sanches

A Milton Santos e Miguel Reale, pela simetria científica.

A Rui Barbosa e Teixeira de Freitas, pela simetria política.

À Brasília, cidade simétrica.

A meus pais, minha origem simétrica.

À Karine, minha simetria.

Agradecimentos

Ao Homem, à Madre, ao Painho, à Karine e ao Matheus.

Ao Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, orientador das horas difíceis, que com incisiva técnica cartográfica e com largo sorriso acreditou no projeto e tornou esta construção viável. Aos Profs. Drs. Alcindo José de Sá, José Geraldo de Souza Jr., Ricardo Mendes Antas Jr. e Marília Luiza Peluso pelas oportunas edificações fomentadas na qualificação, agregando sua visão epistemológica tanto na Geografia quanto no Direito.

Ao CIGA-UnB, que me aproximou da cartografia e demonstrou na prática sua importância enquanto técnica geográfica.

Ao deputado Arnaldo Jardim, que possibilitou testar na prática o Geodireito, submetendo seus fundamentos ao crivo da sociedade, fato que decisivamente fortaleceu e aprimorou a construção que ora se apresenta.

Ao Instituto Geodireito, berço das discussões que ora recebem um método compatível com seu desafio.

Às bibliotecas do Senado Federal do Brasil, e da Universidade de Coimbra, em Portugal, que me permitiram ter acesso a obras do século XIX, sem as quais dificilmente seria possível obter alguns raciocínios que foram chave na construção da presente teoria.

*“Não há solução perfeita num universo
imperfeito - ou os homens continuam a
sacrificar a organização da sociedade à busca
de um ideal impossível, ou aceitam, no
interesse de todos, o jogo de uma autoridade
sem a qual não há construção política viável.”*

Paul Claval

RESUMO

A Geografia e o Direito são ciências representantes de tradições milenares, mas caminham de forma paralela desde a Modernidade, com raros pontos de diálogo, por força de suas opções científicas. O objetivo deste trabalho é aproximar estes ramos para o enfrentamento científico do século XXI, de forma a articulá-las epistemologicamente, identificar formas de interação, propor o Geodireito enquanto método interdisciplinar de mediação e analisar a Geografia de Estado do Brasil enquanto estudo de caso.

Com método fenomenológico, e estudo de caso realizado de forma historiográfica, será adotado o critério social como ponto de partida para a identificação do critério espacial e do critério coercitivo, que pressupõem relações fenomenológicas, axiológicas e instrumentais. Este método possibilitou uma interação com o território, o lugar e a região em diversas escalas, produzindo governanças distintas. Foi empregada a simetria como mecanismo de aproximação, de dimensionamento e de interação entre a Geografia e o Direito, de maneira a promover uma releitura da Teoria dos Sistemas de Milton Santos e da Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale que, mediante propostas de convergência, comporão duas faces de um sistema único. Para tanto foi realizada uma contextualização filosófica e sociológica, com base no pensamento geográfico na qualidade de grande sistema historicizado.

O Geodireito, enquanto resultante deste entrelaçamento interdisciplinar, passa a edificar ramo de estudo com princípios autônomos que possibilita analisar a Geografia de Estado do Brasil desde a Proclamação da Independência. Desta maneira, viabilizou-se uma releitura do critério espacial do Estado e do critério coercitivo do espaço, com base em 700 normas e em seis frentes de estudo interdisciplinar, situação que renova a forma como a Geografia se relaciona com o Estado e como o Direito se relaciona com o espaço. Os principais resultados serão identificar mecanismos para se cumprir a Constituição Federal de 1988, destacar a importância de uma Geografia oficial, identificar a infraestrutura geográfica enquanto bem de domínio público, identificar meios de reestruturar a profissão geográfica, sugerir o aprimoramento do ensino da Geografia e propor uma renovada política pública geográfica no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Geodireito; Geografia de Estado; Princípio da Simetria; Teoria Tridimensional da Geografia; Tríade fato-valor-técnica; Fenomenologia; Axiologia, Instrumentalismo; Escala de governança; Infraestrutura geográfica.

ABSTRACT

Geography and Law are sciences representing millennial traditions, however they have trailed parallel paths since the Modern Age, with rare converging points for their scientific options. The objective of this paper is to bring these paths closer for a scientific approach of the XXI Century, so as to articulate them epistemologically, to identify forms of interaction, to propose Law and Geography as an interdisciplinary method for mediation and to analyze the State Geography of Brazil as case study.

Adopting a phenomenological method and a historiographical study, social criterion shall be adopted as the starting point for identifying spatial and coercive criteria, which assume phenomenological, axiological and instrumental relationships. Such method allowed an interaction with territory, location and region in various scales, producing distinct governances. The mechanism adopted for approaching, dimensioning and interaction between Geography and Law was symmetry, so as to promote a new reading of Milton Santos's Theory of Systems and of Miguel Reale's Three-Dimensional Theory of Law which, within convergence proposals, will comprise two sides of a single system. In this regard, a philosophical and sociological contextualization was made, based on geographical thinking in the form of great historicized system.

Law and Geography, as a resultant of such interdisciplinary entanglement, comes to edify a study branch with its own principles, which allows analyzing the State Geography of Brazil since the Proclamation of the Independence. A new approach has thus been enabled for the spatial criterion of the State and for the coercive criterion of Space, based on 700 norms and six interdisciplinary study fronts, a situation that renovates the way Geography relates to the State and the way the Law relates to the Space. The main result will be the identification of mechanisms to comply with the 1988 Federal Constitution, regarding the creation of an official Geography, restructuring the geographic profession, improving the way Geography is taught, and proposing a renovated public policy for Geography in Brazil.

KEYWORDS: Law and Geography; State Geography; Principle of Symmetry; Three-Dimensional Theory of Geography; Fact-Value-Technique Triad; Phenomenology; Axiology, Instrumentalism; Scale of Governance; Geographic Infrastructure.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	Decomposição de quadra poliesportiva.....	6
FIGURA 2 -	Contextualização da relação Sociedade-Natureza para as Ciências Sociais.....	11
FIGURA 3 -	Relação entre Filosofia e Ciências Sociais, por meio da Fenomenologia.....	14
FIGURA 4 -	Relação entre Filosofia, por meio da fenomenologia, a Geografia e o Direito.....	15
FIGURA 5 -	Relação entre Geografia e Direito no plano fenomênico, baseada no fato social.....	30
FIGURA 6 -	Relação entre Geografia e Direito no plano axiológico.....	44
FIGURA 7 -	Relação entre Geografia e Direito no plano instrumental.....	57
FIGURA 8 -	Processo axiológico-factual normativo, por Miguel Reale.....	63
FIGURA 9 -	Proposta de realinhamento do modelo tridimensional de Miguel Reale.....	65
FIGURA 10 -	Aplicação do modelo tridimensional a Geografia.....	68
FIGURA 11 -	Modelo tridimensional com a contextualização da dinâmica Sociedade-Natureza e a relação vetorial entre fato, valor e técnica na Geografia.....	70
FIGURA 12 -	Modelo tridimensional com a contextualização da dinâmica Sociedade-Natureza e a relação vetorial entre fato, valor e técnica no Direito.....	70
FIGURA 13 -	Base filosófica e matriz sociológica da interdisciplinaridade entre Geografia e Direito, pautada na Teoria Tridimensional.....	73
FIGURA 14 -	Interdisciplinaridade estática entre Geografia e Direito pautada na Teoria Tridimensional.....	77
FIGURA 15 -	Modelo tridimensional interdisciplinar.....	77
FIGURA 16 -	Relação cognitiva fenomênica fato-fato – valor geográfico.....	79
FIGURA 17 -	Relação cognitiva fenomênica fato-fato – valor jurídico.....	80
FIGURA 18 -	Relação cognitiva fenomênica fato-fato – técnica geográfica.....	80
FIGURA 19 -	Relação cognitiva fenomênica fato-fato – técnica jurídica.....	81
FIGURA 20 -	Relação cognitiva axiológica valor-valor – fato geográfico.....	82
FIGURA 21 -	Relação cognitiva axiológica valor-valor – fato jurídico.....	82
FIGURA 22 -	Relação cognitiva axiológica valor-valor – técnica geográfica.....	82

FIGURA 23 -	Relação cognitiva axiológica valor-valor – técnica jurídica.....	83
FIGURA 24 -	Relação cognitiva instrumental técnica-técnica – fato geográfico.....	83
FIGURA 25 -	Relação cognitiva instrumental técnica-técnica – fato jurídico.....	83
FIGURA 26 -	Relação cognitiva instrumental técnica-técnica – valor geográfico.....	84
FIGURA 27 -	Relação cognitiva instrumental técnica-técnica – valor jurídico.....	84
FIGURA 28 -	Relação científica interdisciplinar: a Geografia do Estado.....	94
FIGURA 29 -	Relação científica interdisciplinar: a Geografia da Justiça.....	101
FIGURA 30 -	Relação científica interdisciplinar: a Geografia da Legalidade.....	110
FIGURA 31 -	Relação científica interdisciplinar: o Direito do Espaço.....	116
FIGURA 32 -	Modelo de interdisciplinaridade entre a ciência geográfica e a jurídica, com base na teoria tributária.....	120
FIGURA 33 -	Relação científica interdisciplinar: o Direito Administrativo Geográfico.....	127
FIGURA 34 -	Relação científica interdisciplinar: o Direito da infraestrutura geográfica.....	136
FIGURA 35 -	Identificação de hipóteses de estudo interdisciplinar entre Geografia e Direito.....	141
FIGURA 36 -	Caracterização do fato geojurídico, multiplicado por “n” vezes (FGDn), com objeto de estudo na escala de governança.....	144
FIGURA 37 -	Caracterização do fato geojurídico enquanto dimensão fenomenológica.....	144
FIGURA 38 -	Caracterização do valor geojurídico, multiplicado por “n” vezes (VGDn), como objeto de estudo da divisão geojurídica do trabalho...	153
FIGURA 39 -	Caracterização do valor geojurídico enquanto dimensão axiológica.....	153
FIGURA 40 -	Caracterização da técnica geojurídica, multiplicado por “n” vezes (VGDn), com objeto de estudo na criação de infraestrutura.....	160
FIGURA 41 -	Caracterização da técnica geojurídica enquanto dimensão instrumental.....	160
FIGURA 42 -	Identificação das dimensões do Geodireito no modelo interdisciplinar entre Geografia e Direito.....	165
FIGURA 43 -	Dimensões do Geodireito representadas na base oposta ao eixo originário.....	166
FIGURA 44 -	Geodireito sob a ótica da Geografia.....	167
FIGURA 45 -	Geodireito sob a ótica do Direito.....	167
FIGURA 46 -	Modelo tridimensional aplicado a Geografia na Monarquia.....	187
FIGURA 47 -	Modelo tridimensional aplicado a Geografia na República Velha.....	196

FIGURA 48 -	Modelo tridimensional aplicado a Geografia Federalizada.....	218
FIGURA 49 -	Modelo tridimensional aplicado a Geografia Militarizada.....	226
FIGURA 50 -	Modelo tridimensional aplicado a Geografia Redemocratizada.....	282
FIGURA 51 -	Consolidação interdisciplinar entre Geografia e Direito.....	289
FIGURA 52 -	Representação da crise na Fundação IBGE em 2014.....	293

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	Modelo sobre a distinção entre empírico e normativo, segundo a Lei de Hume.....	12
TABELA 2 -	Exemplos de caracterização do fato geográfico e do fato jurídico.....	31
TABELA 3 -	Exemplos de caracterização do valor geográfico e do valor jurídico....	45
TABELA 4 -	Exemplos de caracterização da técnica geográfica e da técnica jurídica.....	58
TABELA 5 -	Tríade fato geográfico - fato jurídico - valor geográfico.....	79
TABELA 6 -	Tríade fato geográfico - fato jurídico - valor jurídico.....	80
TABELA 7 -	Tríade fato geográfico - fato jurídico – técnica geográfica.....	80
TABELA 8 -	Tríade fato geográfico - fato jurídico – técnica jurídica.....	81
TABELA 9 -	Tríade valor geográfico - valor jurídico - fato geográfico.....	82
TABELA 10 -	Tríade valor geográfico - valor jurídico - fato jurídico.....	82
TABELA 11 -	Tríade valor geográfico - valor jurídico – técnica geográfica.....	82
TABELA 12 -	Tríade valor geográfico - valor jurídico – técnica jurídica.....	83
TABELA 13 -	Tríade técnica geográfica - técnica jurídica - fato geográfico.....	83
TABELA 14 -	Tríade técnica geográfica - técnica jurídica - fato jurídico.....	83
TABELA 15 -	Tríade técnica geográfica - técnica jurídica - valor geográfico.....	84
TABELA 16 -	Tríade técnica geográfica - técnica jurídica – valor jurídico.....	84
TABELA 17 -	Tríade fato jurídico - valor geográfico - técnica geográfica.....	94
TABELA 18 -	Tríade fato geográfico - valor jurídico - técnica geográfica.....	101
TABELA 19 -	Tríade fato geográfico - valor geográfico - técnica jurídica.....	110
TABELA 20 -	Tríade fato geográfico - valor jurídico - técnica jurídica.....	116
TABELA 21 -	Tríade fato jurídico - valor geográfico - técnica jurídica.....	127
TABELA 22 -	Tríade fato jurídico - valor jurídico - técnica geográfica.....	136
TABELA 23 -	Exemplos de identificação de escalas de governança.....	147
TABELA 24 -	Exemplos de identificação de divisão geojurídica do trabalho.....	155
TABELA 25 -	Exemplos de identificação de produção de infraestrutura como base do sistema Mapa-Norma.....	161
TABELA 26 -	Construção do Geodireito com base tridimensional.....	164
TABELA 27 -	Construção matricial dos princípios do Geodireito.....	171
TABELA 28 -	Sumário exemplificativo de possibilidades interdisciplinares com base geográfica.....	284
TABELA 29 -	Síntese das modalidades do Geodireito e suas antíteses.....	288
TABELA 30 -	Comparação da governança da infraestrutura no Brasil.....	299

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 -	Decomposição das competências federativas no Brasil.....	6
MAPA 2 -	Brasil na Constituição de 1824.....	177
MAPA 3 -	Brasil em 1872.....	184
MAPA 4 -	Brasil em 1911.....	192
MAPA 5 -	Brasil na Constituição de 1934.....	200
MAPA 6 -	Exemplo de estudo sobre divisão regional do Brasil, por vários autores.....	211
MAPA 7 -	Brasil em 1950.....	213
MAPA 8 -	Brasil em 1970.....	229
MAPA 9 -	Brasil em 1991.....	259
MAPA 10 -	Cartografia oficial do Brasil em 2014.....	292

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.C. -	Antes de Cristo
ABC paulista -	Região do Grande ABC, região tradicionalmente industrial do estado de São Paulo, parte da Região Metropolitana de São Paulo.
AC -	Estado do Acre
Acordo TRIPs -	Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights
ADA -	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ADENE -	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
ADT -	Agenda de Desenvolvimento Territorial
AEB -	Agência Espacial Brasileira
AGU -	Advocacia-Geral da União
AL -	Estado das Alagoas
AM -	Estado do Amazonas
Amazônia Azul -	Território marítimo brasileiro corresponde a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) do Brasil, cuja área corresponde a aproximadamente 3,6 milhões de quilômetros quadrados.
Amazônia legal -	Área que engloba nove estados brasileiros (RR, AM, AP, PA, AC, RO, MT, TO e parte ocidental de MA) pertencentes à bacia amazônica e a área de ocorrência das vegetações amazônicas.
ANA -	Agência Nacional de Águas
ANAC -	Agência Nacional de Aviação Civil
ANATEL -	Agência Nacional de Telecomunicações
ANCAR -	Agência Nacional de Cartografia e da Informação Geoespacial
ANEEL -	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP -	Agência Nacional do Petróleo (até 2005), sendo Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (após 2005)
ANTAQ -	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT -	Agência Nacional de Transportes Terrestres
AP -	Estado do Amapá
APA -	Área de Proteção Ambiental
APP -	Área de Proteção Permanente
ART -	Anotação de Responsabilidade Técnica
Art. –	Artigo

BA -	Estado da Bahia
BID -	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDE -	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES -	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAAML -	Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão
CAR -	Cadastro Ambiental Rural
CC -	Código Civil
CCEAGRI -	Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia de Agrimensura
CE -	Estado do Ceará
CF -	Constituição Federal
CGEE -	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Chesf -	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Cide -	Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico
CIGA/UnB -	Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica da Universidade de Brasília
CLA -	Centro de Lançamentos de Alcântara
CLT -	Consolidação das Leis do Trabalho
CMEABEUSC -	Comissão Mista Executora do Acordo Brasil - Estados Unidos sobre Serviços Cartográficos
CNIR -	Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNPU -	Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana
CNUDM -	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CNUMAD -	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CO2 -	Dióxido de Carbono
COCAR -	Comissão de Cartografia
Codebras -	Coordenação de Desenvolvimento de Brasília
CODERNAT -	Comitê Brasileiro do Decênio Internacional para a Redução dos Desastres Naturais
Codevasf -	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COMCARMIL -	Comissão de Cartografia Militar
COMDABRA -	Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro

Conama -	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Concar -	Comissão Nacional de Cartografia
Confea -	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
CONPDEC -	Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil
CPF -	Cadastro de Pessoas Físicas
CPRM -	Serviço Geológico do Brasil
CREA -	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CSN -	Companhia Siderúrgica Nacional
CSU -	Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos
CTM -	Cadastro Territorial Multifinalitário
CVRD -	Companhia Vale do Rio Doce
CVSF -	Comissão do Vale do São Francisco
CZPE -	Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação
DBDG -	Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais
DECEA -	Departamento de Controle do Espaço Aéreo
DEI -	Direito Espacial Internacional
DER -	Departamento de Estradas de Rodagem
DF -	Distrito Federal
DGE -	Diretoria Geral de Estatística
DNAEE -	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
DNIT -	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DNPM -	Departamento Nacional de Produção Mineral
DSG -	Diretoria de Serviço Geográfico
ECO 92 -	Conferência da ONU sobre meio ambiente realizada em 1992, no Rio de Janeiro
EIA -	Estudo de Impacto Ambiental
EIV -	Estudo de Impacto de Vizinhança
Eletrobras -	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (retirou o acento em 2009)
Eletronorte -	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A.
EMBRATEL -	Empresa Brasileira de Telecomunicações
ePING -	Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico
ES -	Estado do Espírito Santo

ESG -	Escola Superior de Guerra
EUA -	Estados Unidos da América
F1 -	Exemplo de fato nº1
F2 -	Exemplo de fato nº2
F3 -	Exemplo de fato nº3
F4 -	Exemplo de fato nº4
FDA -	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FDn -	Fato Jurídico multiplicado por “n” vezes
FFLCH/USP -	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
FGDn -	Fato geojurídico multiplicado por “n” vezes
FGn -	Fato geográfico multiplicado por “n” vezes
FINAM -	Fundo de Investimentos da Amazônia
FINOR -	Fundo de Investimentos do Nordeste
FMI -	Fundo Monetário Internacional
Fn -	Exemplo de Fato multiplicado por “n” vezes
FPM -	Fundo de Participação dos Municípios
FT -	Referência fato - técnica
Fundação IBGE -	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FUNRES -	Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo
FV -	Referência fato - valor
GEMUD -	Grupo Executivo da Complementação da Mudança de Órgãos da Administração Federal para Brasília
GEPD -	Grupo Executivo de Pesquisas Domiciliares
GO -	Estado de Goiás
GPS -	Sistema de Posicionamento Global (do inglês Global Positioning System)
GT -	Grupo de Trabalho
GTB -	Grupo de Trabalho de Brasília
I1 -	Primeira relação interdisciplinar
I2 -	Segunda relação interdisciplinar
I3 -	Terceira relação interdisciplinar
I4 -	Quarta relação interdisciplinar

I5 -	Quinta relação interdisciplinar
I6 -	Sexta relação interdisciplinar
IBAMA -	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA -	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IGD -	Instituto Geodireito
IHGB -	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA -	Infraestrutura Nacional de Dados Abertos
INDE -	Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
INE -	Instituto Nacional de Estatística
INFRAERO -	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INPC -	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPE -	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Ipea -	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI -	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU -	Imposto Predial Territorial Urbano
ITR -	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
Km -	Quilômetro
kW -	Quilowatt
LAI -	Lei de Acesso a Informação
Leplac -	Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira
MA -	Estado do Maranhão
Macro-ZEE -	Macrozoneamento Ecológico-Econômico
Mar Territorial -	Faixa de águas costeiras que alcança 12 milhas náuticas (22 km)
MDA -	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MG -	Estado de Minas Gerais
MJ -	Ministério da Justiça
MME -	Ministério das Minas e Energia
MP -	Medida Provisória
MPOG -	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MS -	Estado do Mato Grosso do Sul
MT -	Estado do Mato Grosso
MW -	Megawatt
OAB -	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA -	Organização dos Estados Americanos
OMC -	Organização Mundial do Comércio
ONU -	Organização das Nações Unidas
Opep -	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PA -	Estado do Pará
PAC -	Programa de Aceleração do Crescimento
Paeg -	Programa de Ação Econômico do Governo
PB -	Estado da Paraíba
PDA -	Plano de Dados Abertos
PDFF -	Programa de Desenvolvimento de Faixa de Fronteira do Ministério da Integração
PDT/DF -	Partido Democrático Trabalhista, seção do Distrito Federal
PE -	Estado de Pernambuco
PED -	Plano Estratégico de Desenvolvimento
Petrobras -	Petróleo Brasileiro S/A (retirou o acento em 1994)
PI -	Estado do Piauí
PIB -	Produto Interno Bruto
Plano SALTE -	Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
Planvasf -	Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco
PMCMV -	Programa Minha Casa, Minha Vida
PMN -	Política Marítima Nacional
Pnad -	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
PNAE -	Programa Nacional de Atividades Espaciais
PNAP -	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PND -	Programa Nacional de Desburocratização
PND -	Plano Nacional de Desenvolvimento
PND -	Programa Nacional de Desestatização
PNDR -	Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNGeo -	Política Nacional de Geoinformação
PNOT -	Política Nacional de Ordenação do Território
PNPDEC -	Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
PNRA -	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNRM -	Política Nacional para os Recursos do Mar
Polamazônia -	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
Polígono das secas -	Região situada nos Estados de AL, BA, CE, MG, PB, PE, PI, RN e SE, compreendendo zonas geográficas com distintos índices de aridez.
POLONORDESTE -	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PPA Territorial -	Plano Plurianual Territorial
PPS-SP -	Partido Popular Socialista, Seção de São Paulo
PR -	Estado do Paraná
Projeto Jari -	Fábrica de celulose existente às margens do Rio Jari, que teve início em 1967.
PROTERRA -	Programa de Integração Nacional-PIN e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste.
PT-AC -	Partido dos Trabalhadores, seção do Acre
PUC/SP -	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
QAO -	Quadro Auxiliar de Oficial
QOA -	Quadro de Oficiais de Administração
QOE -	Quadro de Oficiais Especialistas
RADAMBRASIL -	Projeto realizado entre 1970 e 1985, destinado a produzir imagens aéreas de radar, captadas por avião, de diversas regiões do país.
RAIS -	Relação Anual de Informações Sociais
RIDE -	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
RIMA -	Relatório de Impacto Ambiental
RJ -	Estado do Rio de Janeiro
RL -	Reserva Legal
RN -	Estado do Rio Grande do Norte
RO -	Estado de Rondônia
RR -	Estado de Roraima
RS -	Estado do Rio Grande do Sul

SC -	Estado de Santa Catarina
SCN -	Sistema Cartográfico Nacional
SDR -	Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional
SE -	Estado do Sergipe
SGB -	Sistema Geodésico Brasileiro
SGE -	Serviço Geográfico do Exército
SICAR -	Sistema de Cadastro Ambiental Rural
Siconv -	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG -	Sistema de Informações Geográficas
SIG Brasil -	Sistema de Informações Geográficas do Brasil
SIMARN -	Sistema de Monitoramento Ambiental e dos Recursos Naturais por Satélite
SINAMOB -	Sistema Nacional de Mobilização
SINDAE -	Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais
SINDEC -	Sistema Nacional de Defesa Civil
SINIMA -	Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente
SINPDEC -	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
SINPESQ -	Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura
Sinter -	Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais
SLTI/MP -	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG
S N -	Relação Sociedade-Natureza
SP -	Estado de São Paulo
SPVEA -	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STF -	Supremo Tribunal Federal
STJ -	Superior Tribunal de Justiça
Sudam -	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Sudeco -	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
Sudene -	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
Sudesul -	Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste
SUFRAMA -	Superintendência da Zona Franca de Manaus
Suvalé -	Superintendência do Vale do São Francisco
T1 -	Exemplo de técnica nº 1

T2 -	Exemplo de técnica nº2
T3 -	Exemplo de técnica nº3
T4 -	Exemplo de técnica nº4
TDn -	Técnica jurídica multiplicada por “n” vezes
TGDn -	Técnica geojurídica multiplicada por “n” vezes
TGn -	Técnica geográfica multiplicada por “n” vezes
Tn -	Exemplo de técnica multiplicado por “n” vezes
TNP -	Tratado de Não-Proliferação
TO -	Estado do Tocantins
UFRJ -	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC -	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB -	Universidade de Brasília
UNFCCC -	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima
UNICAMP -	Universidade Estadual de Campinas
UNITAU -	Universidade de Taubaté
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
URV -	Unidade Real de Valor
USP -	Universidade de São Paulo
V1 -	Exemplo de valor nº1
V2 -	Exemplo de valor nº2
V3 -	Exemplo de valor nº3
V4 -	Exemplo de valor nº4
Valec -	Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
VDn -	Valor jurídico multiplicado por “n” vezes
VGDn -	Valor geojurídico multiplicado por “n” vezes
VGn -	Valor geográfico multiplicado por “n” vezes
Vn -	Exemplo de valor multiplicado por “n” vezes
VT -	Referência valor - técnica
ZEE-Brasil -	Zoneamento Ecológico - Econômico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. POR UMA ARTICULAÇÃO EPISTEMOLÓGICA ENTRE GEOGRAFIA E DIREITO PELO PRINCÍPIO DA SIMETRIA: FATO, VALOR E TÉCNICA.....	5
1.1. O fato e sua repercussão geográfica e jurídica.....	11
1.2. O valor e sua repercussão geográfica e jurídica	32
1.3. A técnica e sua repercussão geográfica e jurídica.....	46
1.4. A construção da Teoria Tridimensional da Geografia enquanto elemento de articulação epistemológica com o Direito.....	59
2. RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES ENTRE GEOGRAFIA E DIREITO.....	75
2.1. Tríade fato jurídico - valor geográfico - técnica geográfica: a Geografia de Estado.....	85
2.2. Tríade fato geográfico - valor jurídico - técnica geográfica: a Geografia da Justiça	95
2.3. Tríade fato geográfico - valor geográfico - técnica jurídica: a Geografia da Legalidade.....	102
2.4. Tríade fato geográfico - valor jurídico - técnica jurídica: o Direito do Espaço	111
2.5. Tríade fato jurídico - valor jurídico - técnica geográfica: o Direito Administrativo Geográfico.....	117
2.6. Tríade fato jurídico - valor geográfico - técnica jurídica: o Direito da infraestrutura geográfica.....	127

3.	POR UM RAMO AUTÔNOMO NA GEOGRAFIA DE ESTUDO DO DIREITO: O GEODIREITO.....	138
3.1.	Fato geojurídico: O sistema Espaço-Estado.....	142
3.2.	Valor geojurídico: O sistema Solidariedade-Justiça.....	148
3.3.	Técnica geojurídica: O sistema Mapa-Norma.....	156
3.4.	A construção do Geodireito enquanto resultante interdisciplinar entre Geografia e Direito.....	163
4.	APLICAÇÃO DA TEORIA TRIDIMENSIONAL DO GEODIREITO À GEOGRAFIA DE ESTADO NO BRASIL.....	172
4.1.	A Geografia na Monarquia: a centralização monárquica, o IHGB e o DGE (1822 - 1889).....	175
4.2.	A Geografia na República Velha: o Serviço Geográfico e a descentralização republicana (1889 - 1930).....	188
4.3.	A Geografia federalizada: O IBGE autárquico, a região enquanto técnica geográfica de Estado e a construção de Brasília (1930 - 1964).....	197
4.4.	A Geografia militarizada: A Fundação IBGE, o CMEABEUSC e o COCAR (1964 - 1988).....	219
4.5.	A Geografia redemocratizada: O território, a região, o lugar e o global no Direito brasileiro (desde 1988).....	240
4.6.	Por uma nova Geografia de Estado no Brasil: Crítica axiológica.....	283
	CONCLUSÃO.....	311
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	317